



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE HISTÓRIA**

ESTER SERVULA GALDINO NASCIMENTO LIMA

**LUTAS E CONQUISTAS: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO DAS MULHERES
PARAIBANAS ENTRE A VIDA PÚBLICA, PRIVADA E POLITICA NO SÉCULO XXI**

**CAMPINA GRANDE
2024**

ESTER SERVULA GALDINO NASCIMENTO LIMA

LUTAS E CONQUISTAS: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO DAS MULHERES
PARAIBANAS ENTRE A VIDA PÚBLICA, PRIVADA E POLITICA NO SÉCULO XXI

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado ao Departamento do Curso
História da Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito parcial à
obtenção do título de Licenciada em
História.

Orientador: Prof. Dra. Noemia Dayana de Oliveira

**CAMPINA GRANDE
2024**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

L732I Lima, Ester Servula Galdino Nascimento.
Lutas e conquistas [manuscrito] : um estudo bibliográfico das mulheres paraibanas entre a vida pública, privada e política no século XXI / Ester Servula Galdino Nascimento Lima. - 2024.
32 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2024.
"Orientação : Profa. Dra. Noemia Dayana de Oliveira ,
Coordenação do Curso de História - CEDUC. "
1. Feminismo. 2. Mulher paraibana. 3. Mulher - Política. I.
Título

21. ed. CDD 305.42

Elaborada por Talita R. Bezerra - CRB - 15/970

Biblioteca
José
Rafael de
Menezes

ESTER SERVULA GALDINO NASCIMENTO LIMA


LUTAS E CONQUISTAS: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO DAS MULHERES
PARAIBANAS ENTRE A VIDA PÚBLICA, PRIVADA E POLITICA NO SÉCULO XXI

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado ao Departamento do Curso
História da Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito parcial à
obtenção do título de Licenciada em
História.


Área de concentração: **História local.**

Aprovada em: 28/06/2024.


BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 NOEMIA DAYANA DE OLIVEIRA
Data: 10/07/2024 18:51:56-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dra. Noemia Dayana de Oliveira (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Documento assinado digitalmente
 JOSILENE PEREIRA PACHECO
Data: 10/07/2024 19:01:34-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Me. Josilene Pereira Pacheco
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Documento assinado digitalmente
 SABRINA RAFAEL BEZERRA
Data: 11/07/2024 15:23:13-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Me. Sabrina Rafael
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

A minha amada mãe e avó que enveredaram os caminhos e mesmo com suas asas cortadas por toda vida me deram o privilégio de voar. A minha amiga Valdeane que nesses voos ensinou-me a amar a história e a vida, mas enfrentou os terríveis ventos da morte e partiu para o voo da eternidade.

“Que nada nos defina que nada nos sujeite. Que a liberdade seja a nossa própria substância, já que viver é ser livre.”

Simone de Beauvoir.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALPB	Assembleia Legislativa da Paraíba.
CUT	Central Única dos Trabalhadores.
F.B.P.F	Federação Brasileira para o Progresso Feminino.
LGBTQI	Lésbicas, Gay, Bissexual, Transsexual, Queer, Interssexual,
AP+	Assexual e Pansexual.
PT	Partido dos Trabalhadores.
PP	Partido Progressista.
PSB	Partido Socialista Brasileiro.
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência.
UFPB	Universidade Federal da Paraíba.
UNIPÊ	Centro universitário de João Pessoa.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	TENCIONANDO NAS MARGENS: A HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA E AS REPRESENTAÇÕES DAS MULHERES.....	11
2.1	Lutar para viver: pensando a luta de algumas mulheres.....	17
2.1.1	As representações das mulheres na política paraibana.....	20
3	CONCLUSÃO.....	27
4	REFERÊNCIAS.....	28

LUTAS E CONQUISTAS: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO DAS MULHERES PARAIBANAS ENTRE A VIDA PÚBLICA, PRIVADA E POLITICA NO SÉCULO XXI

Ester Servula Galdino Nascimento Lima¹

RESUMO

Este artigo, de cunho bibliográfico, tem como objetivo analisar a trajetória política de mulheres paraibanas no século XXI, considerando as lutas para modificar as condições sociais em que elas se inserem no território brasileiro. Com o auxílio da Escola dos Anales, indiretamente, a nova história das mulheres começaram a emergir, trazendo para o campo teórico as narrativas delas na esfera pública, especialmente na prática política, mas também nos trabalhos privados. Ao analisar essas trajetórias, com o auxílio de autoras como Heloisa Buarque Hollanda (1994), Mary Del Prior (2001), Carla Bassanezi Pinsky (2012), Joana Maria Pedro (2012) e Elizabeth Lima (2022) que organizaram e escreveram sobre as mulheres, foi possível identificar que a luta pela emancipação feminina nos diversos âmbitos foi e é uma construção contínua de muita luta e resistência. Dito isto, esperamos contribuir com a discussão sobre as mulheres paraibanas e suas histórias, que ainda refletem o passado patriarcal e machista, mas servem de pavimentação para a futura geração de mulheres na política.

Palavras-Chave: nova história; mulheres Paraibanas; trabalho; política; feminismo.

ABSTRACT

This bibliographic article aims to analyze the political trajectory of Paraiban women in the 21st century, considering their struggles to modify the social conditions in which they are embedded in Brazilian territory. With the indirect help of the Annales School, the new history of women began to emerge, bringing their narratives into the theoretical field in the public sphere, especially in political practice, but also in private work. By analyzing these trajectories with the assistance of authors such as Heloisa Buarque de Hollanda (1994), Mary Del Priore (2001), Carla Bassanezi Pinsky (2012), Joana Maria Pedro (2012), and Elizabeth Lima (2022), who organized and wrote about women, it was possible to identify that the struggle for female emancipation in various spheres has been and continues to be a continuous construction of much struggle and resistance. That said, we hope to contribute to the discussion about Paraiban women and their histories, which still reflect a patriarchal and sexist past but serve as a foundation for future generations of women in politics.

Keywords: new history; Paraíba women, work, politics, feminism.

¹ Ester Servula Galdino Nascimento Lima concluinte do curso de licenciatura plena em História pela Universidade Estadual da Paraíba, 2024. Email: Esterservulagl@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O estudo sobre a história das mulheres e sua importância para a historiografia brasileira não é uma pesquisa simples, pois este campo da história ao longo dos séculos era invisível e não existia interesse de entender ou desenvolver trabalhos dentro das múltiplas diversidades, haja vista que já “existia” uma narrativa escrita e documentada sobre os grandes homens, sobretudo, na história ocidental. Contudo, a partir dos anos de 1980, historiadoras passaram a desenvolver estudos nos quais problematizavam a história já criada, a fim de produzir rupturas que envolvessem a representação das mulheres a partir das suas próprias narrativas. Desta forma, a partir do ano de 1960, com o fortalecimento do movimento feminista que questionava a falta de direitos e reconhecimento feminino na sociedade, assim como reivindicavam seu direito sufragista², causando assim rupturas na historiografia já criada e culturalmente desenvolvida por homens e para os homens. Então em 1970 as escritas historiográficas com perspectivas femininas começaram a ser desenvolvidas, as principais teorias que se destacaram para este avanço no desenvolvimento da escrita foram: o Movimento Feminista, os Novos Paradigmas Científicos, a Influência do pensamento da terceira geração da Escola dos Annales³ e a Feminilização das Universidades.

Esta ruptura da historiografia foi um marco para o desenvolvimento de novas escritas e aconteceu no período que algumas historiadoras chamam de “pós-modernidade⁴” (Da Silva, 2008). No entanto, é importante observar que o feminismo visto no Brasil em 1964 difere das outras partes do mundo, onde essa teoria estava sendo desenvolvida, pois nesta época o país vivia a Ditadura Civil Militar, ou seja, as reivindicações feministas tinham outras prioridades.

Desta forma, é importante destacar para que as mulheres rompessem com os paradigmas da historiografia, foram desenvolvidos estudos sobre a relação de “Gênero”. Esta teoria foi propagada no Brasil a partir do ano de 1990 mediante a tradução dos estudos de Joan Scott onde era analisado não somente a opressão masculina sobre mulheres, mas as relações pessoais da mulher na vida privada e pública. Para que este estudo chegasse a sua efetividade, os movimentos sociais de mulheres⁵, feministas, gays e lésbicas ajudavam a traçar caminhos para a

² O movimento pelo sufrágio feminino é um movimento social, político e econômico de reforma, visando estender o sufrágio (o direito de votar) às mulheres. Participaram do sufrágio feminino mulheres e homens, denominados sufragistas. As origens modernas do movimento encontram-se na França do século XVIII.

³ A escola dos Annales é um movimento historiográfico do século XX que se constituiu em torno do periódico acadêmico francês *Annales d'histoire économique et sociale*, tendo se destacado por incorporar métodos das Ciências Sociais à História. A terceira geração dos Annales é conduzida por Jacques Le Goff e ficou mais conhecida como a Nova História, segundo a qual toda atividade humana é considerada história. Além de Le Goff, nesse período se destaca Pierre Nora.

⁴ A pós-modernidade é um conceito da sociologia que designa a condição sociocultural e estética dominante após a queda do Muro de Berlim (1989), o colapso da União Soviética e a crise das ideologias nas sociedades ocidentais no final do século XX, com a dissolução da referência à razão como uma garantia de possibilidade de compreensão do mundo mediante de esquemas totalizantes. A ideia da condição pós-moderna é algumas vezes caracterizada como uma cultura despida de sua capacidade de funcionar em qualquer estado linear ou autônomo, como isolacionismo regressivo, em oposição ao estado mental progressivo do modernismo.

⁵ Luta pelo fim legalmente da tutela dos maridos sobre suas esposas caso quisessem trabalhar fora de casa, receber herança ou viajar. Movimento Feminino pela Anistia, este reunia mães e esposas que tiveram seus filhos e maridos exilados ou presos pela Lei de Segurança Nacional. Após a Lei de Anistia ser promulgada, o movimento continuou a lutar pela redemocratização no Brasil. Luta pela

elaboração de discursos que davam um novo sentido ao questionamento do “por que” criar uma nova história para mulheres e sobre mulheres.

Esses estudos destacam que o termo “sexo” é uma nomenclatura criada cientificamente para distinguir os seres vivos e suas questões biológicas, mas o “gênero” se ligaria a questões culturais, nas quais o sujeito estava inserido. Arelado a este pensamento, ondas do feminismo e movimentos pela emancipação feminina começaram a emergir no Brasil, a primeira onda do feminismo que influenciou as crescentes lutas foi no final do século XIX se caracterizou pela reivindicação dos direitos políticos, sociais e econômicos das mulheres. A segunda onda surgiu após a Segunda Guerra Mundial, onde as feministas lutavam pelo direito ao corpo, ao prazer e contra o patriarcado. Esta reivindicação vinha justamente do lugar de poder onde os homens exerciam sobre as mulheres; e a última onda iniciou-se nos anos 1990 e tinha como objetivo incluir as diversidades e direitos das mulheres em diferentes contextos culturais e sociais (Pedro, 2005).

O que entendemos por estudos de gênero corrobora com o que ocorreu na segunda onda do feminismo, pois as mulheres indígenas, negras, pobres, trabalhadoras e mães lutavam pelo direito de serem diferenciadas na história, pois as narrativas que vinham sendo desenvolvidas enquadravam todas as mulheres como se fossem iguais, o que não é verídico. Vale considerar que essas lutas não visavam romper com a historiografia tradicional que começava a ser desenvolvida sobre as mulheres, mas simbolizava uma onda de mulheres que estavam se incomodando com o enquadramento em que foram colocadas e a partir disto começaram a questionar a falta de seus direitos políticos, sociais, econômicos, direito de votar e ser votada, de se eleger, de ter trabalho digno e remuneração adequada, estudar e possuir direitos.

É neste sentido de busca por direitos e por visibilidade que as mulheres no Brasil começam a questionar esse lugar de submissão, exploração e desigualdade. A verdade é que as historiadoras começaram a desenvolver uma nova escrita sobre mulheres não somente pelo desejo de uma nova história que não fosse escrita por homens, mas pelo desejo de mostrar que as mulheres estavam indo em busca da sua liberdade financeira, trabalhista, liberdade de escolher com quem queriam se casar, liberdade de conhecer seu corpo e tomar decisões sem imposição masculina ou de instituições religiosas, ou estatais (Brito, 2012; Bonfim, 2012). A influência das ideias feministas das pioneiras Nísia Floresta e Bertha Lutz, influenciaram, portanto, não só no trabalho, na emancipação e sufrágio feminino como também na entrada de mulheres no mercado de trabalho.

Não obstante, na Paraíba, muitas mulheres tornaram-se extremamente importantes na luta pela igualdade salarial, nas lutas camponesas⁶, na luta feminista e na luta política do estado, como Anayde Beiriz⁷, Margarida Maria Alves⁸ e Estela

Igualdade jurídica entre homens e mulheres, licença-maternidade, o incentivo ao trabalho feminino, mediante normas protetoras; prazo mais curto para a aposentadoria por tempo de serviço e contribuição da mulher.

⁶ O Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) é um movimento social popular brasileiro, fundado em 2004, que representa as mulheres trabalhadoras rurais do país.

⁷ Anaide Beiriz foi uma professora e poetisa brasileira. Tem seu nome ligado à História da Paraíba, devido à tragédia em que foi envolvida, juntamente com o advogado e jornalista João Duarte Dantas, com quem mantinha um relacionamento amoroso.

⁸ Margarida Maria Alves, nascida em Alagoa Grande em 5 de agosto de 1933 e morta no dia 12 de agosto de 1983, foi uma trabalhadora rural e sindicalista brasileira, defensora dos direitos humanos, dos direitos trabalhistas e dos trabalhadores do campo. Foi uma das primeiras mulheres a exercer um

Bezerra⁹, entre outras. Todas essas mulheres deixaram seu legado de luta pela conquista do sufrágio feminino, igualdade no casamento assim como no divórcio, lutas e conquistas do passado e reafirmadas nos anos atuais. É importante frisar que mesmo com muitas conquistas, ainda existem desafios diários a serem vencidos principalmente nos âmbitos magistras, políticos e social que é predominantemente masculino, além das violências das quais as mulheres são sujeitas mesmo ocupando grandes espaços ou até mesmo em casa.

É fato que pensando atualmente as mulheres já avançaram em passos lentos em direção ao reconhecimento de suas lutas, porém é importante se voltar as lutas do presente onde as mulheres ainda são violentadas não apenas fisicamente, mas moralmente e psicologicamente por não mais ocupar uma posição de submissa, por questionar as restrições de trabalho, desigualdade salarial, com quem deve se casar o que deve se vestir e como se comportar em público. Enfim, ao se colocar na posição de mudança, mesmo com tantos desafios, as mulheres começam a explorar aéreas que “não eram” delas. Mulheres como Anayde Beiriz e Tatiana Oliveira¹⁰, embora nascidas em épocas diferentes e tenham bandeiras distintas, sofreram do mesmo mal que é o machismo estrutural que julga e submete mulheres independentes.

Além disso, a partir desta pesquisa, foi importante observar, através do estudo bibliográfico, os caminhos nos quais a historiografia guiou para apresentar uma nova história sobre a inserção concreta da mulher nos espaços de trabalhos privados, público e político na Paraíba. Foi possível, portanto, entender a partir da vida de mulheres públicas paraibanas como Margarida Maria Alves, Anayde Beiriz, Tatiana Oliveira, Daniella Ribeiro¹¹, Camila Toscano¹² e Estela Bezerra a importância do trabalho feminino nas máquinas de poder que estão modificando a cultura da sociedade patriarcal, além de apresentar a sociedade um novo olhar para uma determinada época diferente do universal que é o masculino. Logo o resultado das lutas travadas nos séculos passados por Nísia Floresta¹³ e Bertha Lutz¹⁴ pela

cargo de direção sindical no país. Seu nome e sua história de luta inspiraram a Marcha das Margaridas criado em 2000.

⁹ Estelizabel Bezerra de Souza é natural de João Pessoa, nascida em 18 de março de 1967. Publicamente é conhecida como Estela Bezerra, jornalista formada pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e também política filiada ao Partido dos Trabalhadores na Paraíba.

¹⁰ Tatiana de Oliveira Medeiros, nascida no ano de 1966 na cidade de Campina Grande, é médica ortopedista – traumatologista formada pela Universidade Federal da Paraíba.

¹¹ Daniella Velloso Borges Ribeiro nasceu em Campina Grande no dia 26 de Março de 1972 é pedagoga pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), foi professora universitária em Campina Grande e, atualmente, conclui mestrado em Administração Pública. É política, filiada ao Partido Social Democrático (PSD). Atualmente, é senadora da República pelo Estado da Paraíba, a única na bancada do partido na Casa.

¹² Camila Toscano nasceu em João Pessoa, é formada em Direito pelo Unipê. Filha do ex-deputado Zenóbio Toscano e da ex-deputada Léa Toscano. A eleição de 2014 foi à primeira incursão de Camila Toscano na política. Atualmente, participa da Comissão de Constituição e Justiça e preside a Comissão dos Direitos da Mulher.

¹³ Nísia Floresta Brasileira Augusta, pseudônimo de Dionísia Gonçalves Pinto, nasceu em Parari em 12 de outubro de 1810 e faleceu em Rouen, na França, em 24 de abril de 1885 foi uma educadora, escritora e poetisa brasileira. Primeira na educação feminista no Brasil, com protagonismo nas letras, no jornalismo e nos movimentos sociais. Defensora de ideais abolicionistas, republicanos e principalmente feministas, posicionamentos inovadores na época, influenciou a prática educacional brasileira, rompendo limites do lugar social destinado à mulher. Capaz de estabelecer um diálogo entre ideias europeias e o contexto brasileiro no qual viveu, dedicou obras e ensinamentos sobre a condição feminina e foi considerada pioneira do feminismo no Brasil, além de denunciar injustiças contra escravos e indígenas brasileiros.

emancipação feminina e o sufrágio feminino, ultrapassaram as fronteiras do Brasil e influenciaram na entrada de tais mulheres no poder do estado da Paraíba, além de preconizar a ideia de que a mulher pode e deve ocupar diferentes lugares para assim modificar as estruturas sociais e culturais.

Nesse sentido, o principal objetivo deste trabalho, de caráter bibliográfico, é investigar as trajetórias políticas de mulheres paraibanas, considerando os lugares de poder e os desafios e lutas enfrentados no século XXI. Para isso, dividimos o estudo em três momentos: no primeiro momento, a história da mulher no Brasil ou como essas mulheres eram descritas na história; no segundo momento, analisaremos as primeiras lutas femininas e movimentos sociais que abriram caminhos para a conquista de lugares públicos e a partir disso passaram a se interessar pela política. Por fim, frisaremos as vitórias das mulheres, que mesmo pequenas, são extremamente importantes, como a conquista da lei de cotas¹⁵ na política, abertura de porcentagem de trabalhos ocupados majoritariamente por homens e conquista para as mães como a licença maternidade. Portanto, esta pesquisa de caráter bibliográfico visa à discussão histórica, social e privada da mulher até chegar aos espaços públicos e, por conseguinte, lugares de poder.

2 TENCIONANDO NAS MARGENS: A HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA E AS REPRESENTAÇÕES DAS MULHERES

Nas primeiras décadas do século XX muito se discutiu sobre a gênese da escrita sobre mulher na história, sobretudo, porque após muitas lutas em torno de causas que quebraram paradigmas e estigmas machistas e patriarcais, a mulher começou a se tornar protagonista das suas próprias narrativas e sujeito importante da história. Muito embora, é importante destacar que são passos lentos e de luta constante para a conquista de direitos mínimos em vista da grandeza do trabalho que a mulher realiza e de sua importância para a formação da sociedade.

É neste contexto de busca por uma história das mulheres que o uso da historiografia a partir do século XX tornou-se um mecanismo de propagação de novas narrativas, estas não falavam propriamente da importância feminina para uma cultura ou sociedade, mas sobre como as mulheres eram vistas mediante ao contexto em que viviam e eram inseridas, eram atreladas a narrativa sobre a opressão masculina.

A partir dos anos de 1980, no Brasil, as primeiras histórias são desenvolvidas a fim de se tornar um campo de pesquisa importante, já que não se tinham pesquisas nem estudos. Estas novas narrativas começam a ser extremamente importantes para os anos seguintes e para entender os avanços que teriam as mulheres no campo privado, público e político. Como bem colocado pela terceira geração da escola dos Annales chamada de “Nouvelle Historie” (Perrot, 2005) criar uma nova história visando os grupos marginalizados e invisibilizados pela sociedade tornou-se uma forma alternativa de entender como os indivíduos de uma data época

¹⁴ Bertha Maria Júlia Lutz nasceu em São Paulo no dia 2 de agosto de 1894 e faleceu no Rio de Janeiro no dia 16 de setembro de 1976. Foi uma ativista feminista, bióloga, educadora, diplomata e política brasileira. Foi uma das figuras mais significativas do feminismo e da educação no Brasil do século XX.

¹⁵ Lei 9504/1997 indicou a reserva (não exatamente seu preenchimento) de 30% das candidaturas dos partidos ou coligações para cada sexo em eleições proporcionais (ou seja, para vereador/a, deputado/a estadual e deputado/a federal).

se comportavam na sua cultura, na estrutura familiar e como eram impostas as regras para o convívio social e comunitário em cada estado brasileiro, por exemplo.

Neste sentido, autoras como Diane Elam (1997) contribuem para entender o problema da falta de representação feminina na história e como isso ajuda a perpetuar discursos de que o sujeito masculino tem sua história como única, verdadeira e universal. A autora questiona o fato de que significaria escrever uma história sobre mulheres e como seria desenvolvida essa história, haja vista que só existia uma e essa era universal. Ao mesmo tempo, Elam (1997) responde mostrando que o sujeito feminino criaria uma nova história não para ser mais importante ou mais relevante do que a existente, mas para questionar a completude das histórias dos “grandes homens” e o papel de destaque no qual ocupavam e, portanto, o estudo das histórias já criadas não seria descartado, mas reavaliadas com novas perspectivas.

É importante frisar que durante muitos anos as narrativas e as preocupações diante das mulheres foram extremamente silenciadas, justamente por ser criada por homens e este problema não foi algo exclusivo da historiografia brasileira ou latino-americana, mas de países que incluem os Estados Unidos e alguns países da Europa como a França. Todavia, nestes países, as lutas por notoriedade feminina na história, nos espaços públicos e na sociedade começaram mais cedo (Silva, 2008).

Daí surgem novos questionamentos: em que momento da historiografia as mulheres passam a ser parte da preocupação de pesquisadores (as) e historiadores (as)? Em que lugar desses escritos/pesquisas as mulheres seriam colocadas, nas suas narrativas próprias ou mediante narrativas ligadas à opressão? Para responder a tais perguntas, estudos foram desenvolvidos e observou-se que, para chegarmos às novas histórias de mulheres, houveram quatro momentos cruciais para a historiografia. O primeiro através das contribuições que a Escola do Anales desenvolveu; o segundo pela transformação no que se entendia por “paradigmas científicos”, o terceiro pela feminilização e incentivo das universidades em trazer as mulheres para os campos científicos e por fim pelo movimento feminista (Silva, 2008).

A historiadora Michelle Perrot (2005), afirmou que Marc Bloch assim como Lucian Febvre foram importantes na ruptura da historiografia, porém eles não criaram uma história própria sobre mulheres, pelo contrário, eles não escreverem nada sobre mulheres, afinal eles escreviam sobre planos econômicos e sociais, mas deram a história uma oportunidade de se reinventar, sobretudo, porque ao estudar sobre os conceitos sociais acabavam por constatar a presença de outros indivíduos além dos homens, sendo assim essas pesquisas se aprofundam de fato a partir de 1970 com a terceira geração da Escola dos Annales a chamada de “Nova História”.

Perrot (2005) enfatizou ser justamente nesse momento que Georges Duby começou a escrever sobre mulheres, mas essa escrita era marcada pela obsessão que ele tinha por elas. Por fim, por mais que os estudos dessa terceira geração não tivesse “interesse” em escrever sobre mulheres e torná-las personagem central das narrativas historiográficas, ao desenvolver pesquisas sobre as práticas do cotidiano da época, sobre a família, como eram os casamentos e escrever sobre sexualidade acabavam por incluir as mulheres, mas no lugar da sub-representação.

O segundo movimento que auxiliou no avanço para a criação de uma história sobre mulheres foi o surgimento dos novos “paradigmas científicos”, este trazia a ideia de que o pesquisador iria procurar suas fontes e interpretá-las a partir de um conjunto de valores e crenças para assim poder explicar suas ideias. Neste sentido, houve um momento de crítica por grandes historiadores que estava relacionado ao

racionalismo e ao fim das exigências nos conceitos teóricos que a princípio eram rígidos (Silva, Tânia. V.8, N.1, P.223-231, 2008). Esta falta de exigência nos conceitos teóricos fazia com que a história perdesse seu teor de parcialidade de se nortear por vestígios ou documentos históricos e passasse a criar um relativismo histórico. Assim, ao passo que o historiador começou a investigar a história por meio do diálogo, das fontes orais, a historiografia se transformou e continua em transformação.

O terceiro movimento que traz a história das mulheres para o campo historiográfico é a feminilização das universidades e o incentivo à pesquisa. Como coloca as pesquisadoras Bruschini e Unbahaum (2002), elas dissertam que ao pesquisar, o sujeito sente-se atraído por uma história que lhe traz referências da sua realidade e diante disto ao serem inseridas no ambiente acadêmico as mulheres começaram a perceber possuíam história e que seria extremamente importante escrever sobre elas, levando ao questionamento sobre as narrativas já desenvolvidas, sobre suas próprias perspectivas enquanto mulheres, sobre o sujeito masculino ser colocado acima do feminino impondo-as a acreditar por séculos que a história contada por eles era universal. É a partir disso que as pesquisadoras começaram a se incomodar.

A partir desse movimento, países começaram a incentivar a criação dessa nova história. Nos Estados Unidos, por exemplo, as escolas e faculdades ofertaram bolsas de estudos para mulheres, criando assim novas formas de trabalhos profissionalmente e academicamente falando. Aliado a isto, o movimento feminista começou a aparecer reivindicando e denunciando as desigualdades (Scott, 1992). No Brasil, o apoio e incentivo para a criação de uma nova história de mulheres veio por meio da Fundação Carlos Chagas,¹⁶ sob o patrocínio da Fundação Ford¹⁷.

O quarto e talvez o principal para o nascimento da história da mulher no Brasil foi o movimento feminista, este movimento veio com força de mudança a partir de inquietações sobre a realidade vivida pelas mulheres no século XX, elas lutavam e reivindicavam não só a isenção da imagem feminina na história, mas por direitos básicos que não existiam. Logo, Mary Del Priore (2001) afirmou que “antes das historiadoras, foram as feministas que fizeram a história das mulheres. O feminismo evidenciou a ausência da figura feminina no território historiográfico, criando as bases para uma história das mulheres feita por historiadoras”.

O movimento feminista surgiu efetivamente em 1960, suas lutas e reivindicações eram ligadas aos movimentos políticos da época. É justamente nesse momento da história que as transformações no ocidente aconteciam, sobretudo, nas esferas culturais e políticas. Ao dizer que o feminismo “surge efetivamente” nessa época, é pelo fato de que entre os séculos XVIII – XIX já havia indícios de ideias feministas. E assim delimitaremos entre ondas.

O novo feminismo brasileiro voltou-se para lutas de viés esquerdista com ideias ativistas. Dentro disto, existiam as simpatizantes do movimento, que reivindicavam direitos que iam além de políticos, educacionais e econômicos, reivindicava direitos humanos, liberdade, mas, sobretudo, direitos trabalhistas. As

¹⁶ A Fundação Carlos Chagas (FCC) é uma instituição sem fins lucrativos, que atua em duas grandes áreas: avaliação/concursos/processo seletivo e Pesquisa e Educação. Foi criada em 1964 e é uma fundação de direito privado. A instituição é sem fins lucrativos e reconhecidos como utilidade pública nos âmbitos federal, estadual e municipal.

¹⁷ A Fundação Ford é uma entidade sediada na cidade de [Nova Iorque, Estados Unidos](#). Segundo seus instituidores, foi criada para financiar programas de promoção da [democracia](#), redução do [racismo](#) e da [pobreza](#).

mulheres brasileiras que iam contra o sistema governamental criavam grandes movimentos femininos e militâncias femininas, estas eram destemidas e não tinham medo de lutar por suas ideais (Pedro, 2013). Exemplos dessa nova fase do movimento feminista pode-se mencionar a líder sindical paraibana Margarida Maria Alves, bem como a maranhense Pureza Lopes Loyola¹⁸.

A líder sindicalista paraibana Margarida Maria Alves que insatisfeita com as condições de trabalho, a falta dos direitos trabalhistas para as camponesas, as longas jornadas de trabalho nos canaviais, a baixa remuneração, uso do trabalho infantil e a falta de educação para essas crianças e adultos passou a lutar para que esses direitos básicos fossem assegurados.

Margarida tonou-se para a época e para os dias atuais um símbolo de resistência ao patriarcado político e social, nascida em Alagoa Grande no Brejo paraibano, a mulher já tinha tido contato com dificuldades diante do campo por meio da sua família após serem expulsos de suas terras por interesses de latifundiários, o que influenciou ainda mais na sua luta. Ela foi contra a máquina governamental e oligárquica da época, pois a principal forma de trabalho nos anos 1980 em Alagoa Grande era justamente o cultivo em usinas de cana-de-açúcar (Rodrigues, 2018). Por este fato, recebeu muitas ameaças. Pessoas que trabalhavam nos sindicatos com ela diziam que ela não acreditava que podia ser morta por sua luta, mas que, se fosse, não tinha medo. Então, no dia 12 de agosto de 1983, mataram-na covardemente com um tiro de espingarda na porta de sua casa, na frente de seu único filho. Sua morte foi motivo de grande comoção e repercussão nacional e internacional. A Luanna Rodrigues (2014) diz que o legado de Alves não falecera com ela e por isso outras mulheres inspiradas na sua luta criaram a chamada “Marcha das Margaridas” que fazia referência à sindicalista e dizia à sociedade que elas iriam continuar lutando assim como Margarida.

A Marcha das Margaridas é como um despertar das mulheres para a consciência da realidade em que estão inseridas, fazendo criar o sentimento de que podem estar nos ambientes públicos reivindicando seus direitos trabalhistas e conseqüentemente exercendo seu ofício político. Agora por tanto, a cada quatro anos as mulheres reúnem-se para discutir propostas de aperfeiçoamento de suas condições trabalhistas, educacionais, agrária, pautas como violência, saúde e desenvolvimento social feminino seriam também pautas e fazem referência a luta de Margarida (Jota, 2022; Vaz, 2022).

Para a criação historiográfica observam-se que o movimento feminista ao longo dos séculos se tornou fonte de pesquisas, especialmente as lutas em movimentos, clubes, sindicatos que essas mulheres tratavam de justificar o que Del Priore escreveu sobre as “feministas” já terem escrito uma nova história sobre mulher, não eram narrativas documentadas, mas eram eventos que modificaram a forma cultural da sociedade e que conseqüentemente mudaria os caminhos da historiografia. É nesta linha de pesquisa que a autora Heloisa Buarque Hollanda (1994) comenta que a entrada do feminismo como um campo da ciência só se deu de fato em 1970, foi daí que uma nova tendência com cientificidade surgiu e se firmou de forma crítica e política.

Então, por que o feminismo surgiu como campo científico? Na década de 1970, as correntes de pensamento estavam passando por um momento de

¹⁸ Pureza Lopes Loyola foi uma ativista de direitos humanos brasileira reconhecida internacionalmente pelo combate ao trabalho escravo e tráfico humano. Em 1997, recebeu o prêmio anti-escravidão da sociedade britânica Anti-Slavery International. Foi agraciada em 2023 com o prêmio de herói do Relatório sobre Tráfico de Pessoas pelo Departamento de Estado dos EUA.

descredibilidade nos modelos que explicavam a sociedade, como o marxismo, o estruturalismo, o freudismo, as “metanarrativas” como dispõe Jean-François (2001), estavam em crise. É ainda nesta época que Hollanda (1994) relata a ascensão da pós-modernidade que abriu espaço para novas escritas sobre indivíduos que eram esquecidos pela sociedade e esta pós-modernidade apresentava algo inovador para que o entendimento que o homem só está no poder porque eles o criaram, ou seja, o poder é algo criado conforme o quem está à frente da história ou de lugares de poder (Silva, 2008).

A criação historiográfica sobre as mulheres no ano de 1970, no entanto, sofreu influência do marxismo, porque de acordo com esta corrente de pensamento a opressão existia em detrimento do capitalismo então voltaram os estudos para o ambiente do trabalho, e em 1980 foi observada uma nova forma de análise para criar essa nova história feminina que é a partir da problematização do gênero, no qual apresentou as diferenças entre os homens e as mulheres (Cunha, 2000).

Outrora, o estudo sobre o uso de “gênero” como categoria histórica se apresentava como uma forma de diferenciação das atitudes masculinas e femininas. Conforme as feministas da época todos os seres vivos sejam racionais ou irracionais possuem sexo e de acordo com esses estudos a língua portuguesa, assim como outras línguas, tem a nomenclatura do “sexo” como questão de diferenciação biológica, no entanto, nem todos os seres vivos se reproduzem de forma “sexuada” sendo assim é criada a questão do “gênero” para diferenciá-los, é assim outro movimento social além de mulheres, passam a buscar sua história como as lésbicas, gays e as próprias feministas (Pedro, 2001). Algo que é importante sintetizar é que uma mulher quando é inserida na política, por exemplo, o que ela pode fazer ou faz não difere das práticas masculinas, ao contrário, por mais que a sociedade rotule a mulher como a que trabalha pelas causas sociais elas podem ter atitudes iguais ou piores que os homens políticos. Ou seja, não é a natureza que as difere, mas sim a cultura.

Além disso, foi vista a evolução da nomenclatura “mulher” para “mulheres” no campo da criação historiográfica, porque não existe apenas uma história sobre mulheres como era visto no início da análise dos movimentos históricos, porém múltiplas histórias. Não é apenas a mulher branca que possuem realidade, mas as mulheres pretas, indígenas, pobres e trabalhadoras também, diferente das brancas e estas, portanto, são extremamente importantes para entender uma dada sociedade e assim vão procurando partir de suas lutas se diferenciarem umas das outras.

Neste início da construção historiográfica das várias narrativas femininas foi preciso atentar-se a realidade inerente ao cotidiano dessas mulheres, seria imprescindível que o historiador tivesse a perspicácia para chegar aonde essas histórias aconteciam, onde eram condicionadas a acreditar que o lugar delas era nas suas casas, em suas cozinhas, porque seria daí o primeiro passo e a fonte mais importante do historiador como menciona Ecléa Bosi (1995). Ao adentrar nesse “sagrado” que era a vida cotidiana para recriar a história sobre um novo olhar foi extremamente importante o uso do registro memória, das fotografias e até receitas ou registros familiares tradicionais, portanto, seria imprescindível a utilização desses objetos para chegar ao que as mulheres e pesquisadoras da época desejavam que fossem a diferenciação cultural entre elas.

No Brasil os primeiros passos historiográficos sobre mulheres se deu no início da década de 1980, estas narrativas se preocupavam em mostrar como era as questões de dominação masculina sobre as mulheres, em nenhuma delas havia a

preocupação ou interesse de demonstrar as múltiplas histórias femininas, ou resistências. As primeiras produções sobre mulheres desenvolvidas no Brasil priorizaram o período colonial onde as autoras como: Mary Del Priore, Maria Odila Leite da Silva Dias, Leila Algranti e entre outras historiadoras relatavam sobre a vida delas em torno do trabalho doméstico como vista pelos espaços eclesiais e sobre as misérias que essa estavam inseridas (Pedro, 2005).

No livro “A mulher na história do Brasil” de Del Priore (1994) a autora enfatiza como as mulheres no período colonial viviam para seu lar, como era o relacionamento dominador do homem perante sua esposa citando até que quando as mulheres eram castigadas por seus cônjuges elas deveriam agradecer por tais palavras e atitudes e jamais deveriam ser rebeldes. Os seus corpos, portanto, eram não só propriedade dos seus maridos, mas da igreja, pois esta condenava veemente o coito interrompido, uma forma passiva de controlar a reprodução. A virgindade da mulher nessa época equiparava-se à descoberta de um objeto precioso, todas as mulheres deveriam casar virgens porque isso simbolizaria pureza. As mulheres que se “rebelavam” ou que por algum motivo eram abandonadas só tinham dois destinos: o da prostituição e o de ser condenada à miséria. Por fim, a realidade do casamento seria para as mulheres brancas de classe social alta, as outras estavam predestinadas a viver em situação de concubinato, o que era abominado pela igreja.

As autoras que escrevem sobre as mulheres no período colonial no Brasil atentam-se em descrever como a imagem do “feminino” não se condicionava apenas àquelas que são “dóceis”, a que “cuida”, isentas de “maldade”, que tinham sentimentos avessos ao esperado para uma mulher ou que são “calmas”. Na verdade, existiam muitos casos de mulheres que assassinavam seus maridos, que não agiam como era esperado, que causavam brigas e desordem nas ruas (Dias, 1995; Nizza da Silva, 1994; Silva, 2001).

A história da mulher brasileira ganhou novos paradigmas a partir das análises das fontes de época¹⁹, pois se observa que no Brasil a mulher aparece estando fora do lar, ou seja, menos recatadas e se apresentam com menos submissão. Algranti (1993) e Nizza da Silva (1984) discorrem que para as mulheres brancas esse “empoderamento” era complicado, pois delas era cobrado exemplo de como uma mulher do lar deveria agir e se comportar, dentro de sua casa, com seus maridos e na criação dos filhos. E as jovens que apresentassem comportamentos inadequados eram enviadas para viver enclausuradas em conventos.

Contudo, essa visão patriarcal da mulher como a cuidadora do lar e o homem da família, vai modificando ao passo que a família brasileira se transformou, observando o cenário de avanços no privado, público e político para as mulheres, embora seja importante pensar que a filha das filhas do início do século XIX e do século XX não tiveram as mesmas oportunidades e direitos fora da casa, do lar como atualmente. Principalmente porque os arranjos familiares daquela época influenciavam diretamente na forma de viver dessas mulheres.

Em um regime patriarcal, as mulheres dos séculos passados eram condicionadas a serem subalternas aos homens, inicialmente suas tutelas eram de seus pais, na ausência dos pais dos irmãos, eram de seus maridos. Seu destino era cuidar da casa, da família, dos desejos do marido e procriar. O número alto de filhos significava a continuação do poder, o que acontecia bastante na carreira política e as impossibilitava de viver fora do lar. Isto não as assegurava de nenhum direito, nem se quer o direito básico à saúde, muitas faleciam durante os partos ou depois

¹⁹ Narrativas oficiais; Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade, biográfico e ilustrado; Fontes orais.

dos partos. Outra questão que merece menção é o prazer feminino que, por sua vez, era algo abominado e parte de todos esses problemas advinham da influência direta da igreja católica. Logo, ao passar dos séculos, foi interessante observar que muitas começaram a se colocar no lugar de autoridade, por exemplo, existiam casos de maridos das senhoras de engenho morrer e elas passavam a administrar as fazendas e os negócios da família, tornando-se a figura de poder de tal família.

Ao passo que as estruturas familiares iam se modernizando, o lugar da mulher modernizou junto, como no processo de urbanização onde as mulheres passaram a ocupar indústrias e desempenhavam trabalhos que eram considerados para homens. Embora a forma patriarcal ainda seja o modelo cultural principal da sociedade brasileira, a partir do final do século XX influenciados pela Europa e com o advento da república, depois de muitas lutas feministas, movimentos feministas, novas leis direcionadas ao bem-estar social e civis das mulheres começaram a surgir (Scott, 2013).

Com os estudos historiográficos já desenvolvidos sobre a história da mulher, é possível observar que a entrada da mulher na esfera pública e política só foram possíveis após as transformações dos moldes familiares. Então, a partir do século XXI, ao decorrer da diminuição dos filhos da chamada “mulheres da geração Y” com o uso de métodos contraceptivos conquistados entre os anos de 1960 e 1970, elas tiveram mais liberdade para estudar, trabalhar e se aperfeiçoar na carreira. É certo que o modelo patriarcal ainda é uma forma cultural vigente na nossa sociedade e as cobranças a formação da família ainda é constante para as mulheres como sinônimo de “sucesso”, contudo a quantidade de filhos e o planejamento deles é algo importantíssimo que as mulheres conquistaram e que as possibilitam conciliar com suas carreiras e seus trabalhos.

2.1 Lutar para viver: pensando a luta de algumas mulheres

Para falar sobre a entrada da mulher no ambiente público e político, é importante entender, primeiramente, como se deu a emancipação feminina, que começa no final do século XIX e dura até os dias atuais. Em seguida, como elas conquistaram seus trabalhos e profissões, e por fim, quais as influências que as levaram a ingressar na vida política. Nos anos de 1918, muitas mulheres lutaram por questões sociais e políticas no Brasil. Em caráter nacional, temos Nísia Floresta, considerada a primeira feminista do país, e Bertha Lutz, que juntas foram mulheres à frente de seu tempo, lutando pelo direito da mulher estudar, trabalhar e se especializar em suas profissões.

Floresta carregou consigo uma história um tanto curiosa. Natural do Rio Grande do Norte nasceu em 12 de outubro de 1810, morou em outras localidades do Brasil, mas foi embora para a Europa após se separar de seu marido. Para a época, foi um “escândalo”. Podemos perceber que, a partir dela, as lutas de ideias feministas já começavam a dar indícios. Entre suas ideias, Nisia defendia que, a partir da maternidade, com a educação e cuidado dos filhos com perspectiva feminina, a hierarquia cultural social seria modificada. Por fim, ela lutava pelo direito da capacitação intelectual feminina e seu direito à educação formal (Lima, 2022).

Bertha Lutz formada em Biologia e posteriormente em direito, lutou ardentemente pelo sufrágio feminino. Nascida em 2 de agosto de 1894, em São Paulo, é filha de Adolfo Lutz e Amy Fowler considerados da elite brasileira. É extremamente importante mencionar que Lutz esteve à frente do Museu Nacional, o que quebrou paradigmas, pois mulheres no início do século XX não eram bem vistas

trabalhando nesses lugares públicos. É importante observar que a entrada de Lutz na vida pública se deu na contramão do esperado, pois as mulheres começaram a ingressar nesses trabalhos a partir de 1860, porém era a partir da via filantrópica e dos trabalhos sociais essas mulheres que se inseriam na vida pública via uma oportunidade de se afastar de seus afazeres domésticos e isto era voltado apenas para as mulheres com mais condições. Neste sentido exemplos que hoje em dia podemos acompanhar de se inserir na vida pública por meio de ações sociais são as chamadas “primeiras damas²⁰” elas desenvolvem trabalhos sociais e projetos que visam o cuidado com a população, muitas fazem estes projetos almejando carreiras políticas (Lima, 2022).

Lutz por sua vez, foi além da maternidade, na verdade, em seus escritos não são vistos muito sobre maternidade, mas sobre a luta pela capacitação da mulher, pelo direito dessas exercerem seu papel de cidadã tendo direitos além dos da maternidade, mas de votar a se capacitar e exercer suas profissões. Elas, junto a um grupo de mulheres, reivindicaram seus direitos sufragistas, estes que iam além do voto, mas também do direito de serem votadas.

Além disso, Bertha contribuiu significativamente para a educação brasileira, assim como a professora e poetisa paraibana Anayde Beiriz. Beiriz nascida na Capital da Paraíba no dia 18 de fevereiro de 1905 era onze anos mais nova que Bertha, além da diferença de idade elas tinham diferenças nos perímetros regionais, na situação socioeconômica, haja vista Lutz era uma mulher da elite e Beiriz era da classe trabalhadora, na cor da pele e nas ideias, afinal Anayde não era considerada feminista. No entanto, algo que as tornava comuns era o trabalho com público e a ideia de liberdade feminina para exercer o que desejasse, sem julgamentos ou empecilhos de terceiros. Foram, portanto, mulheres livres e a frente do tempo. Beiriz, portanto, seguiu o caminho do amor livre sem ser arranjado como era o costume na época, no entanto, foi julgada até a morte, diferente de Bertha a consequência de sua liberdade foi ter seu nome apagado da história e ter sido nominada como “prostituta” a partir dos acontecimentos na revolução de 1930 onde depois do assassinato de João Pessoa sua vida amorosa com João Dantas foi exposta.

Anayde não era a “prostituta do bandido que matou o presidente” (Joffily, 1980), como diziam na época, ela era uma mulher à frente do seu tempo, professora apaixonada pelo ensino e uma poeta que amava sua liberdade. Embora não fosse feminista, suas ideias inovadoras para a época foram extremamente importantes para o feminismo paraibano. Ela encarou o preconceito de ser uma mulher livre, sem filhos e “mestiça”, além de se deparar com o sexismo²¹ e patriarcado. É perceptível nas investigações da vida dessa mulher que ela era apaixonante, não só por sua beleza, mas por suas ideias. Nas questões políticas, dizia-lhe que não via problema em mulheres votar, até porque essa não faria mal algum para os homens, pois seu jeito discreto, zeloso e seu desinteresse pela política não causaria nem um perigo (Joffily, 1980).

²⁰ A posição da primeira-dama no Brasil não é conquistada por meio de eleição e, predominantemente, envolve responsabilidades cerimoniais. Apesar disso, as primeiras-damas têm ocupado uma posição proeminente na sociedade brasileira, e ao longo dos séculos, o papel desempenhado por elas passou por uma evolução significativa. A principal função da primeira-dama é atuar como anfitriã do Palácio da Alvorada, organizando e participando de cerimônias e eventos oficiais do Estado, muitas vezes em conjunto com o presidente ou em seu lugar.

²¹ Sexismo ou discriminação de gênero é o preconceito ou discriminação baseada no gênero ou sexo de uma pessoa. O sexismo pode afetar qualquer gênero, mas é particularmente documentado como afetando mulheres e meninas.

No que concerne o ambiente de trabalho Anayde já dava indícios que seria uma grande profissional, ainda quando estudava na escola normal²² no estado da Paraíba se destacava por sua desenvoltura comunicativa ao expor seus pensamentos, ela recitava poesias, participava de peças teatrais, e aos dezessete anos após muita luta conseguiu seguir carreira na magistratura. Trabalhou muito sendo professora, inicialmente vítima de preconceito por ser mulher que era rotulada por ter ideias emancipatórias e de liberdade, não conseguiu um emprego na capital João Pessoa, porém foi enviada para a colônia de pescadores em Cabedelo. Ela ensinava em dois turnos às crianças na parte da manhã e aos Jovens e adultos à noite, mostrava-se uma professora dedicada ao ofício e incentivava a leitura recitando poesias, sua didática foi inovadora para a época (Silva, 2017).

Quando pensamos em Beiriz devemos entender que para a época, sua luta e conquistas foram extremamente revolucionárias, pois no século XX a educação feminina voltava-se ao casamento para ser uma boa esposa, uma boa mãe e ser uma boa dona de casa, esse era o trabalho da mulher no pensamento de toda a sociedade brasileira. Era abolida qualquer possibilidade de trabalho fora desses parâmetros não havia espaço para ter uma profissão, porém existiam mulheres em situação de pobreza acabavam exercendo a função de lavadeiras, costureiras e domésticas muitas delas ao irem trabalhar na casa de pessoas que possuíam mais condições acabavam nem recebem salários, mas alimentação e roupas. Em situação de miséria, existiam mulheres que acabavam indo para o mundo da prostituição.

É importante antes de tudo entender que essas mulheres como Anayde Beiriz, Nísia Floresta e Bertha Lutz só passaram a ocupar lugares que antes não eram ocupados por elas após um despertar político, intelectual e pelas condições de miséria em que viviam. O movimento feminista foi um dos principais meios para esse despertar, embora na história de Beiriz não tivesse indícios de miséria, mas houve esse despertar social de que ela podia ocupar lugares além do lar, é importante reafirmar que ela não era feminista, mas suas ideias tornaram-se símbolo do feminismo. Portanto, Beiriz assim como outras mulheres no Brasil só poderão entrar efetivamente no âmbito público do trabalho a partir do fim da abolição escravocrata e com o fim da monarquia, onde foi possível observar que as formas de trabalho iam se modificando, pois a modernização começava a atingir país, além da introdução urbana das famílias nas fabricam fazendo com que as meninas ocupassem 70% dos trabalhos nas fábricas.

O início desses trabalhos eram na agricultura a partir do cultivo e mão de obra em canaviais, as primeiras indústrias brasileiras foram no nordeste do país e, após algum tempo, começou a se expandir. Porém, mesmo essas mulheres estando em lugares considerados de homens, existia o pré-conceito de que elas eram delicadas e acabavam não conseguindo desenvolver seus trabalhos. Ao decorrer das evoluções nas leis trabalhistas, os cidadãos brasileiros iam se modificando, os direitos das mulheres também modificaram, eram isentos os trabalhos noturnos, a não ser em casos de trabalhos em hotéis, telefonias ou hospitais. Esse atributo de delicadeza, espírito maternal, que tem seus trabalhos mais bem desenvolvidos no âmbito social, cuidando principalmente de pessoas, fez com que muitas mulheres verdeassem por caminhos como a enfermagem, professoras, dentistas, entre outras profissões que têm o teor de cuidado.

²² O projeto político-educacional de escolas normais estavam pautados, ainda, em ideias liberais, como próprio nome diz – visava formar pessoas de acordo com a *norma* – ajudando, assim, a consolidar a hegemonia do grupo conservador que queria direcionar a formação da sociedade.

Com as transformações no trabalho sendo perceptível para as mulheres, nos anos seguintes por volta de 1970 depois do milagre econômico, pode-se observar a industrialização se consolidando de vez, porém como as linhas de produção eram mais modernas, a mão de obra feminina passou ser nas indústrias têxteis e alimentícias, elas passaram a ser incorporada nas indústrias eletrônicas, de brinquedos, farmacêuticas, e de cosméticos no intuito de ser usado aquilo visto como “dom” feminino sendo a habilidade manual, cuidado, a rapidez e a concentração já que as atividades eram repetidas. Outro setor que deu muita oportunidade as mulheres de ingresso foi o bancário, pelo fato que entre o final de 1980 e início de 1990 a informatização desse trabalho foi adotado fazendo com que houvesse baixos salários, fazendo com que as mulheres dominassem esse ramo no Brasil, nesta época após grandes mobilizações o país viu nascer um chamado “novo sindicalismo” e reivindicações.

No entanto, foi possível observar que dentro destas reivindicações existiam colegas que iam contra as próprias companheiras de luta e estas sofriam assim muito preconceito. Neste ínterim, ao passo que as mulheres iam dominando essa área, elas passaram a participar de organizações que reivindicavam seus direitos, participando assim de greves e fortalecimento de sindicatos. Em 1963 começa mais uma luta dessas brasileiras, elas se organizaram em um primeiro encontro denominado de “Encontro nacional das Mulheres Trabalhadoras” onde discutiam questões relacionadas ao cotidiano no trabalho, o fortalecimento de legislações trabalhistas mais eficientes, denunciavam os abusos sofridos durante seus ofícios, pediam a igualdade salarial, mais oportunidades para emergir na carreira e um lugar para deixar seus filhos enquanto estivessem trabalhando. Ainda na década de 1986, mulheres criaram na CUT²³ uma pasta denominada de “Comissão da Mulher Trabalhadora” que juntas discutiam questões de melhorias em seus trabalhos, o cotidiano feminino e as práticas familiares. Dentro dessa pauta, o movimento feminista e os grupos femininos também auxiliavam nas lutas por melhor qualidade de vida através do trabalho (Matos, 2016; Borelli, 2016).

Ao buscarem conquistar seus direitos trabalhistas e lutando muito para aprimorá-los, elas buscam conquistar mais lugares públicos e privados, acabando por exercer seu papel político na sociedade, escolhendo o que desejam para sua vida de acordo com suas necessidades e seus desejos. É bom alertar que essa busca no século XXI é um direito de todo cidadão sendo conquistado no século XX. Ao serem inseridas em organizações sindicais, as mulheres sinalizam para a vida pública na política, buscando dar voz àquelas que batalham todo dia em seus serviços e acabam acreditando que o que fazem não é política. Existem também aquelas inseridas no meio político através de sua carreira, tem outras que se inserem nesse meio político por influência da perpetuação do poder familiar. A maioria dessas mulheres não tem objetivos de militância, a não ser aquelas que vem de bases sindicais, de movimentos feministas, estudantis, etc.

2.1.1 As representações das mulheres na política paraibana

Na Paraíba veremos mais um caso de uma mulher que tinha sua carreira como médica consolidada, mas interessou-se por assuntos da política partidária e

²³ A Central Única dos Trabalhadores (CUT) é uma organização sindical brasileira de massas, em nível máximo, de caráter classista, autônomo e democrático, cujo compromisso é a defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora.

ingressou através do seu trabalho na vida pública. Primeiro tentando uma vaga na Assembleia legislativa da Paraíba em 2010, porém não obteve sucesso, depois se tornou secretária de saúde da cidade de Campina Grande na gestão de Veneziano Vital do Rego em 2011. Tatiana Oliveira Medeiros nasceu em 1966 em Campina Grande, sua linhagem parental é de um pai médico e mãe enfermeira, ela é formada em Medicina pela Universidade Federal da Paraíba e durante sua vida trabalhou em diversos hospitais de cunho público e privado (Lima, 2022).

Tatiana, assim como qualquer mulher que ingresse na vida política e tenha o desejo de se eleger, tem a imagem construída a partir da família. Como já mencionado neste artigo, o berço da estrutura familiar brasileira é marcado pelo patriarcado e durante muitos anos as mulheres foram consideradas “inúteis” para os assuntos políticos. Eram seus pais, irmãos e maridos que tomavam partido desses assuntos. Então, como conferir credibilidade a uma mulher que quer se tornar política? Construindo sua imagem pública mediante uma mulher de boa família, com filhos e com uma carreira consolidada, a mãe que estenderá seu espírito maternal do lar até a comunidade, cuidará e terá sensibilidade com as pessoas. Enfim, todos esses atributos foram usados na campanha de Tatiana, mas havia algo que seria usado contra ela, mais tarde, sua vida matrimonial. Ela era divorciada, embora fosse uma mulher de sucesso, mas para a sociedade ela havia falhado, pois não tinha marido e era mãe solteira de três.

No entanto, em um primeiro momento das campanhas políticas, o que é decisivo para cair ao gosto do eleitorado é como a mulher se apresenta à sociedade, se é uma mulher bonita, simpática, se tem comportamentos “adequados” para uma mulher, se veste ao nível de como uma mulher deve se vestir. Enfim, inúmeros rótulos que para os homens não existem. Tatiana aos olhos da população campinense tinha uma postura considerada masculinizada, pelo seu jeito incisivo, com sua postura de liderança e firmeza foi vítima do preconceito cultural de que essas atitudes são de homens e que as atitudes de mulheres tem que ser de serenidade, cuidado e carinho (Lima, 2022).

Outro caso de mulher inserida no meio político foi o da atual senadora Daniella Ribeiro que nesta mesma época, em 2012, disputava junto a Tatiana a prefeitura de Campina Grande. Daniella diferente de Tatiana é de família tradicional política na Paraíba seu pai Enivaldo Ribeiro foi ex-prefeito da cidade de Campina e ex-deputado federal, sua mãe Virginia Velloso empresária e ex-prefeita do município de Pilar, além de seu irmão Agnaldo Ribeiro que foi Ministro das cidades no governo de Dilma Rousseff e deputado estadual da Paraíba. Daniella seria atrelada, inevitavelmente, ao nome de seu pai, embora fosse capacitada profissionalmente para entrar na carreira política, que independe da influência. Formada em pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba, foi eleita a vereadora de Campina Grande em 2008 e, em seguida, foi eleita a deputada estadual da Paraíba em 2010, mas deixou o cargo para disputar a prefeitura de Campina Grande em 2012.

A imagem construída pela para Ribeiro na campanha que disputaria com Tatiana era de uma mulher de família tradicional, casada, cristã, uma mulher bonita, que se portava como uma mulher de “verdade” e o seu defeito era também sua qualidade ela vinha de uma família de políticos, então independente de sua personalidade esperava-se que ela fosse igual a seu pai e seu irmão, o que é impossível já que se ela fosse seria julgada por ter atitudes “masculinizadas” assim como Tatiana. Daniella tem sua campanha atrelada ao nome familiar negativamente, pois para o eleitorado ela era a sobra da família já que não tinha um homem para dar seguimento, ela foi à opção.

A imagem dessas duas mulheres foi criada por suas equipes para que, quando chegasse a grande massa, o gênero delas não fosse colocado como critério decisivo para a escolha final do voto. De um lado, era visto à Doutora Tatiana, a qual, assim como em sua profissão e em sua vocação de ser mãe, iria cuidar do “povo” campinense. Daniella seria a mulher e mãe que continuaria o trabalho de cuidado e zelo por campina que seu pai tivera um dia. Porém, isso não foi o suficiente, pois existiam pessoas que diziam que política não é lugar de mulher, não dariam seu voto para em uma mulher para outra pessoa governar. Nesse caso elas seriam as candidatas popularmente chamadas de “laranjas” de homens, Daniella do seu pai e Tatiana de Veneziano.

A figura dessas duas mulheres na disputa da prefeita de Campina Grande em 2012 revelou o que a população tem de mais puro em sua cultura²⁴, o machismo. É possível observar que quando não se sabe de onde vem o movimento para a entrada da mulher na política o eleitorado começa a criar suposições, pois quando pensasse em Daniella é possível remeter a família que é política, quando pensasse na deputada Estela Bezerra, por exemplo, sua imagem e trajetória são ligadas a movimentos sociais que buscam por direitos dos que estão a margem da sociedade, ou seja, além da construção profissional há uma construção de imagem política dessas mulheres. Mas quando se fala de Tatiana na vida política, o eleitorado não consegue identificar um movimento no qual remeta sua imagem, ou seja, ela não “tem” enredo político, só profissional, este que deveria ser o suficiente para as pessoas vê-la como política.

No governo de Veneziano, através de seu profissionalismo, Tatiana esteve à frente primeiro da direção do SAMU²⁵ e posteriormente da secretaria de saúde do município, construindo assim sua imagem pública. Tempo depois, inusitadamente, seu nome surgiu como opção para suceder o prefeito e isso passou a levantar teorias negativas sobre ela por parte da população. Essas teorias quando surgem passa a ser descartada qualquer qualificação que a mulher tenha, seja profissional, seja nas habilidades do cotidiano, nada importa o que importa é atingir o principal objetivo, descobrir o porquê do nome dela para a sucessão e para responder a essa pergunta são usados adjetivos dos mais promíscuos como o de ser a amante do prefeito ou sua “rapariga” afetando diretamente sua honra.

A criação deste “boato” de que Tatiana estaria tendo um caso com o prefeito Veneziano fez com que sua popularidade, que já não era muita, caísse ainda mais. Uma parte dos campinenses dizia não querer votar em alguém que seria motivo de destruição de uma família. Dentre sete candidatos que estavam disputando o pleito só a vida pessoal de Tatiana foi exposta e a partir daí a sua adversária Daniela utilizou-se através de seu marketing para se engrandecer como uma mulher que preserva a família, que é evangélica, o modelo de mulher e Tatiana era a mulher divorciada (Lima, 2022).

Embora Tatiana fosse uma mulher bem sucessiva, como já mencionado, ela era divorciada, o que alimentou com mais fervor os boatos da possível traição. É interessante observar que em seus discursos, Veneziano dizia que ao votar em Tatiana estaria votando nele (Lima, 2022). Está fala, conseqüentemente, alimentou o boato da traição e colocou Tatiana no lugar além da mulher que trai, como no da subordinada às suas ordens, ou seja, o governo não seria dela, mas sim dele. No

²⁴ Cultura é um termo com sentido amplo que pode indicar tanto a produção artística quanto o modo de vida, o conjunto de saberes, a religião e outras expressões de um povo.

²⁵ O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU ou SAMU 192) é um serviço [brasileiro](#) de [atendimento médico pré-hospitalar](#), acionado em [casos de emergência](#)

final desta eleição, ela não consegue o êxito de ser eleita, embora tenha ido para o segundo turno, a única coisa que conseguiu foi que sujasse sua imagem, seu nome. Elizabeth Lima (2022) traz a reflexão de que, se o boato da traição viesse do homem que traiu a esposa, ele seria exaltado, seria considerado um homem de verdade, reafirmaria sua masculinidade forte e sua arte de conquista.

Independente das lutas pelas quais as mulheres levantam suas bandeiras, Anayde no século XX teve algo em comum com Tatiana no século XXI, seus nomes, suas histórias foram associadas a boatos que mancharam a honra de ambas. Termos como “prostituta do bandido que matou o presidente” atribuído a Anayde ou “A rapariga de Veneziano” atribuído a Tatiana, demonstra que mesmo que o tempo passe, as gerações mudem, a forma da família mude, a mulher avance em direção à concretização de seus objetivos, tenha sua profissão consolidada elas ainda são julgadas por suas escolhas amoras, profissionais e pessoais.

Ser mulher em uma sociedade culturalmente machista é ter a certeza de que a todo tempo será preciso estar se provando. Provando ser uma boa profissional, provando ser uma boa mãe, provando ser uma boa política e, além de tudo, provando sua honra e caráter. Anayde era uma professora, livre e apaixonada no século XX que escolheu ter um amor, considerado um absurdo para a época. E Tatiana, uma médica com a carreira consolidada que não precisava da política para ser quem é, mas foi atrelada a boatos de ser a amante só porque almejava o cargo executivo, algo inaceitável para uma mulher, exceto se ela esteja tendo um caso com o homem.

Embora tivessem ideologias diferentes e em períodos da história diferentes, ambas sofreram do mesmo mal que é o machismo e o patriarcado e esses levaram Anayde, assim como inúmeras mulheres das quais suas histórias não são contadas, a um fim trágico: a morte. Tatiana não faleceu, mas teve que se reconstruir e reconstruir sua imagem. Ela pode contar com o apoio da família, algo louvável que muitas mulheres não têm o privilégio de ter.

Ao observar os avanços tidos pelas mulheres no século XXI, percebemos que parte desses foram obtidos através das lutas do movimento feminista. Por exemplo, é impossível falar do direito ao voto feminino e não rememorar as lutas pelo sufrágio feminino no Brasil, que começou no século XIX, mas foi vetado, pois a mulher era tida como “inútil” e não deveria ter seus próprios pensamentos que não fossem os de seus maridos. Mais tarde, no século XX, voltou a ser motivo de pauta através de Berta Lutz que organizou em 1922 a “Federação Brasileira para o Progresso Feminino” (F.B.P.F), tinha como objetivo dar à mulher os direitos políticos e o sufrágio. Assim, como a maioria dessas mulheres que faziam parte desse movimento era da elite e tinham contatos diretos com políticos de influência, conseguiram na constituição de 1934 o direito de votar e serem votadas. No entanto, só quem tinha esse direito eram as mulheres casadas, que possuíssem escolaridade, aquelas que tivessem idade, e claro, só podiam votar com a permissão de seus maridos (Lima, 2022).

Quando falamos da jornada de trabalho das mulheres, não há espaço para o pensamento de que essa entrada foi naturalmente, na verdade, foi à necessidade por mulheres no mercado de trabalho e do exercício do direito democrático que fez com que a forma cultural patriarcal fosse modificada. Tendo em vista que durante as duas grandes guerras no século XX, sobretudo a segunda, no âmbito nacional, os homens brasileiros foram convocados, fazendo com que as mulheres passassem a exercer duplas jornadas de trabalho. Daí por diante, as mulheres não saíam mais

de seus trabalhos fora de casa, principalmente porque esse trabalho, diferente dos homens, era extremamente barato.

Este problema da mão de obra feminina ser mais barata perdura até os dias atuais, essa desigualdade salarial entre homens e mulheres é uma questão muito debatida por pesquisadores, ao envolver questões sociais e estruturais. Tomando por base o censo de 2010, foi desenvolvida uma pesquisa entre homens e mulheres que possuíam as mesmas características: cor, idade, nível educacional, ocupação, região geográfica, número de horas trabalhadas e a raça. Foi perceptível observar que as mulheres ganham 35% a menos que os homens. E aí está o grande problema: essa desigualdade se dá a partir da diferença sexual, assim como das oportunidades estruturais que cada indivíduo está inserido (Galvão, 2016).

É interessante observar que diversos fatores influenciam para a falta dessas mulheres no mercado de trabalho, além das questões familiares, existe também a falta de incentivo, por exemplo, tomando por base o censo de 2010, ainda, só há a ocupação de mulheres em 20% dos cargos nas engenharias, 40% economistas são ocupados por mulheres. Quando pensasse na carreira profissional feminina é possível observar que diferente dos homens as mulheres têm que desenvolver seus trabalhos profissionais, domésticos e ao ter filhos se dividi na criação, é possível dizer que essas mulheres trabalham mais que os homens que ganham 30% a mais que elas. A dupla jornada de trabalho da mulher se torna injusta e cruel, pois as mesmas, além de desenvolver suas duplas/triplas jornadas de trabalho, precisam afirmar e reafirmar sua competência profissional o tempo todo.

Quando voltamos à pesquisa para as dificuldades da mulher no âmbito político, além do profissional, a escritora Elizabeth Lima (2022) apresenta os seguintes dados sobre as conquistas femininas para diminuir a desigualdade política entre homens e mulheres:

“Nesse contexto de conquistas e autonomia feminina, foi estabelecida, no ano de 1997, a Lei nº 9.504, que assegura uma cota mínima de 30% e uma cota máxima de 70% para cada um dos sexos, se estendendo para cargos eleitos por voto proporcional (Câmara dos Deputados, Assembleias e Câmara Distrital). Em 1995, a Lei nº 9.100 estabelecia uma cota mínima de 20% para mulheres. A Lei de Cotas de 1997 pode ser pensada como uma política de ação afirmativa que reconhece a sub-representação da mulher nos espaços de poder em decorrência da dominação masculina que no Brasil é histórica; portanto, a Lei de Cotas é concebida, também, como uma lei compensatória” (Lima, Elizabeth, 2022).

Ou seja, a lei de cotas serve como um meio de compensar as mulheres pela falta delas nos ambientes políticos durante os séculos. No entanto, em muitas eleições essa lei não é cumprida e o reflexo disso é a baixa ocupação de mulheres nas cadeiras legislativas. Como visto a cima com a lei de 1997 que obriga os partidos políticos a apresentarem candidatas mulheres passou a acontecer as chamadas candidaturas “laranjas” onde a mulher é colocada como candidata a penas para cumprir a lei, não há incentivo por parte dos partidos nessas candidaturas e nem há uma regulamentação política para que essa lei seja cumprida eficazmente.

Ao analisar a ocupação de mulheres, no âmbito nacional, a partir dos dados de janeiro de 2014, na câmara de deputados, só 9% deles era ocupado por mulheres e no senado federal, só 13% das cadeiras era ocupada por mulheres. Quando observamos a realidade fragmentada dos estados, na Paraíba, a Assembleia legislativa da Paraíba (ALPB) em 2014 só contou com a representação

de 3 deputadas dos 36 eleitos, já na representação de deputadas federal e no senado o estado fica de fora sem nenhuma representante.

As três deputadas estaduais em questão em 2014 são: Estela Bezerra, Camila Toscano e a atual senadora e ex deputada Daniella Ribeiro. Das três, apenas Estela Bezerra vêm de base militante, as outras duas deputadas têm como base política suas famílias, tradicionais na política paraibana. Mas quem são essas mulheres?

Camila Araújo Toscano de morais nasceu no dia 15 de outubro de 1980 na capital paraibana João Pessoa, ela é formada em direito pelo Centro universitário de João Pessoa (Unipê), foi eleita a primeira vez em 2014 como deputada estadual da Paraíba com 32.682 votos pelo partido Social Democrata Brasileiro (PSDB) sendo reeleita em 2018 com 30.711 votos. Ela é de base originalmente política, seu pai Zenobio Toscano foi deputado estadual e sua mãe, Leia Toscano foi prefeita da cidade de Guarabira.

Já a ex-deputada estadual e atual senadora da república Daniella Ribeiro nasceu em 26 de março de 1972 é formada em pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba vem de berço tradicional na política paraibana com seu Pai que foi prefeito de Campina Grande e seu irmão deputado federal e ex ministro das cidades Aginaldo Ribeiro. Tendo eleger-se em 2004 como vice-prefeita de Campina Grande na chapa de Romulo Gouveia, mas não conseguiu chegar ao pleito. Foi eleita vereadora de Campina Grande pela primeira vez em 2008 com 6.838 votos. Em 2010, teve seu primeiro mandato como deputada estadual da Paraíba com 29.863 votos. Em 2012 tentou se eleger prefeita de Campina Grande, mas não saiu vitoriosa, em 2014 foi reeleita deputada estadual da Paraíba e em 2018 venceu a então “lenda” da política tradicional paraibana Cassio Cunha Lima com 831.701 votos tornando-se a primeira mulher senadora da república pelo Partido Progressista (PP) pelo estado da Paraíba. Vale ressaltar que, conforme o Tribunal Regional da Paraíba, essa foi a segunda maior votação para senador do estado.

Por fim e não menos importante, Estela Bezerra de Souza, popularmente conhecida como Estela Bezerra, nasceu em 18 de março de 1967 em João Pessoa, é formada em jornalismo pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Sua carreira pública, diferente das outras duas companheiras de pleito não foi construída através do nome familiar, ela começou na carreira pública sendo coordenadora de políticas para mulheres na prefeitura de João Pessoa e participou da pasta de transparência, orçamento democrático e planejamento. Em 2012, tentou se eleger prefeita de João Pessoa, porém não obteve sucesso. No primeiro mandato do ex-governador Ricardo Coutinho, ela ocupou a secretaria da comunicação e chefe do gabinete do estado. No seu primeiro mandato, em 2014, como deputada, foi eleita com 34.929 votos e em 2018 se reelegeu com 40.761 votos pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB). Atualmente, ela é filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT).

Essas três mulheres paraibanas assumiram na política diferentes bandeiras. Camila e Daniella, por terem berços tradicionais, tendem a ser mais tradicionais em suas lutas, assumindo um caráter de cuidado social e familiar. Camila, por exemplo, participou como membro do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Assembleia, também foi da Comissão de Constituição e Justiça e presidente da Comissão dos Direitos da Mulher. Já Estela Bezerra assume uma bandeira voltada aos direitos das mulheres, da comunidade LGBTQIAP+, das “minorias” das quais a sociedade discrimina. Ela foi membro do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, presidente da Comissão de Constituição e Justiça, participou da comissão dos

direitos Humanos e Minorias, da Comissão de Educação, Cultura e Desportos, e por fim foi vice-presidente da comissão de Direito da Mulher.

Ao disponibilizar seus nomes para serem a voz feminina protagonista na esfera pública, elas, no entanto, existem grandes diferenças nas oportunidades que as levaram até estes cargos. Inevitavelmente carregar o nome “Ribeiro” e “Toscano” em suas identidade e campanhas fez com que tivessem dois passos a frente que Estela, está que tem sua carreira política construída por via de movimentos estudantis desde a época em que ela estudava Jornalismo na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). É inevitável não frisar questões de oportunidades entre essas mulheres, pois a história delas refletem nas histórias de milhares de brasileiras que diariamente se propõem a assumir cargos públicos ou trabalhos fora do lar, mas no caminho umas encontram jornadas mais difíceis e outras a caminhada torna-se um pouco mais fácil por fatores externos a elas. Existem leis, mas não há incentivo para que elas saiam de suas casas, e quando saem sofrem muitas violências, sejam físicas, verbal e até mesmo psicológicas.

Para combater estes atos de violências contra as mulheres, as parlamentares apresentaram projetos de leis na assembleia legislativa da Paraíba que tinham como objetivo sanar os danos causados a essas mulheres. Camila Toscano apresenta o projeto de lei de incentivo às mulheres no mercado de trabalho, dispõe que a Assembleia legislativa tem obrigação de promover esse incentivo por que é a partir da capacitação feminina e da entrada delas no mercado de trabalho que as mesmas se libertaram de violências, ela ainda apresenta a proposta de que 5% das construções civis do estado sejam destinadas para serem desenvolvidas por mulheres. Já Daniela apresenta leis voltadas à violência psicológica. Tanto Daniela quanto Camila só apresentam projetos voltados ao cuidado social e capacitação ao trabalho. Não há leis voltadas a denúncias sobre machismo, incentivo a denúncias contra violência doméstica e nem leis que tratem de serem um reparo histórico para as mulheres paraibanas. Já a parlamentar Estela Bezerra discute mecanismos que auxiliem o público LGBTQIAP+ no enfrentamento à homofobia. Ela também defende as pessoas portadoras de deficiências, as mulheres, negros e os jovens. Bezerra tem sua luta difundida nas questões de cidadania e dignidade das pessoas menos favorecidas, ela alerta para o acúmulo de trabalho que as mulheres possuem e diz que mulheres e homens devem ter as mesmas atribuições tanto nas esferas privada quanto a pública e essas tarefas devem ser divididas de forma justa e igualitária (Lima, 2022).

Uma dificuldade encontrada pelas mulheres seja no âmbito público, privado ou político e justamente a dificuldade de conciliação entre sua família, afazeres domésticos e o trabalho, é perceptível e culturalmente “instituído” que as mulheres tenham que desenvolver todos esses trabalhos sem dividir com seus parceiros. Interessante que os homens não carregam essa mesma condição, sendo assim mais fácil para eles desenvolver seus trabalhos e se dedicar cada vez mais nas suas profissões. A deputada Daniela Ribeiro quando questionada se na casa dela havia divisão de tarefas ela discorre que na casa dela não há essa divisão, todos se ajudam, no entanto, os trabalhos domésticos ela diz que é feito por outra pessoa, porém ela afirma que é muito difícil conciliar a vida de parlamenta com a vida pessoal. Nesse contexto é possível observar que para Daniela desenvolver seus trabalhos ela precisou do trabalho de outra mulher.

O problema não é Daniela ter uma pessoa que a auxilie, afinal, o trabalho dado a esta outra mulher gera renda para sua casa, sua família. O problema em questão é a necessidade da parlamentar ter a preocupação exclusiva sobre a

organização da sua casa, onde a mesma tem um marido e filhos já adultos que podem dividir com ela essa organização. No caso do não cumprimento, a mesma será julgada por negligenciar sua casa, sua família. No entanto, o peso do julgamento da sociedade sobre a mulher não acontece só quando ela é casada, tem filhos e trabalha fora, acontece também quando a mulher escolhe não casar, como a deputada Estela Bezerra, que cuida de sua mãe e de seu pai. As escolhas das mulheres estão o tempo todo no tribunal social, seja ela casada, solteira, divorciada, mãe solteira, que trabalha nas mesmas ocupações que os homens, ou seja, a dona de casa. Ser mulher na sociedade patriarcal, machista, não é o suficiente.

Por fim, as lutas travadas no século passado não foram em vão, hoje as mulheres possuem emancipação política e no trabalho porque outras mulheres lutaram por esse direito. As ideias feministas de Nisia Floresta e Bertha Lutz ultrapassa gerações e com certeza devem sempre ser lembradas pelos seus trabalhos em favor dos direitos femininos, a partir da luta delas as paraibanas Tatiana Oliveira, Daniela Ribeiro e Camila Toscano, mesmo com lutas diferentes neste século tiveram a oportunidade e alcançar o espaço de poder. Estela Bezerra, por sua vez, continua o legado dessas mulheres feministas lutando em favor dos marginalizados e dos direitos concretos das mulheres paraibanas. No entanto, é importante que as mulheres se unam e sejam solidárias umas com as outras para que histórias como a de Tatiana Oliveira e Anayde Beiriz não sejam apagadas pelo machismo e o patriarcado entranhado na nossa cultura. Um dia, todas as mulheres conseguiram sua almejada liberdade sem nenhum julgamento a partir da luta travada por suas ancestrais.

3 CONCLUSÃO

O estudo sobre a história da mulher tornou-se relevante para a historiografia a partir da influência da Escola dos Annales, da quebra dos paradigmas científicos e da influência das mulheres nos campos da pesquisa feminina. É importante destacar que o feminismo foi o movimento que contribuiu com novas ações históricas para as mulheres, antes de ser um campo científico, como bem coloca Mary Del Priore (2001). Dentro dessa perspectiva, o feminismo da terceira onda no Brasil se tornou diferente das outras partes do mundo porque no território brasileiro vivia-se a Ditadura Civil Militar em 1964. É justamente nessa época, aliada às conquistas de emancipação feminina no início do século XX e influenciada pelas transformações nas famílias, que a mulher vai à luta buscando seus direitos na sociedade. Justamente nessa época vemos o caso da paraibana Margarida Maria Alves, que lutou ardentemente até perder a sua vida na luta por melhores condições de trabalho.

Não obstante, é visto de mesmo com muitos sacrifícios, a mulher foi gradualmente aparecendo nos mercados de trabalho, saindo de suas casas e indo até as fábricas, hospitais e escolas prestar serviços à sociedade que antes era inimaginável. A chegada dessa “minoría” na sociedade impactou não só economicamente e historicamente, mas politicamente e socialmente. A partir do momento em que a mulher passou a entender que tem capacidade intelectual de participar e ser parte importante nas decisões da sociedade, a estrutura patriarcal e machista vem se modificando e criando novas leis, novas oportunidades de participarem dos campos públicos e políticos. Neste trabalho foi visto que a luta das brasileiras consideradas as primeiras feministas Nisia Floresta e Bertha Lutz influenciaram diretamente na vida das paraibanas Tatiana Oliveira, Daniela Ribeiro e

Camila Toscano, estas que não são da mesma linha ativista feminina como Estela Bezerra, mas que só conseguiram adquirir a emancipação política por que no passado outras mulheres lutaram por esse direito. Por fim, dentro desta perspectiva de luta, as mulheres sofreram e sofrem até hoje diversos preconceitos que estão entranhados na forma social de se viver no Brasil. O preconceito que a paraibana Anayde Beiriz sofreu no século XX contribuiu para o sexismo que Tatiana Oliveira passou em 2012. No entanto, as mulheres seguem avançando, sendo sonhado para nossa sociedade que um dia, através da história dessas mulheres e daquelas que não há conhecimento, podemos ser livres para ocupar trabalhos, posições de poder e viver sem rótulos.

Os objetivos de análise da historiografia a partir das lutas das mulheres para serem inseridas na sociedade como parte protagonista foram alcançados. Foram desenvolvidos estudos que perpassaram a busca pela história dessas mulheres em seus lares até a aparição efetiva delas nas esferas públicas e políticas. É possível afirmar que, antes da quebra dos paradigmas científicos e das transformações na sociedade, a mulher era vista como uma pessoa sem capacidade física e intelectual para ocupar lugares considerados para homens. Prova disso é o preconceito enfrentado por elas a partir do momento em que expulsam sua bolha do lar.

A construção dessa pesquisa se deu através das análises bibliográficas desenvolvidas por outras mulheres, nas quais, através de suas escritas, contribuíram para responder às perguntas: quando foi que as mulheres começaram a aparecer na história? Quais foram suas lutas? Quais espaços, depois de muitas reivindicações, elas conquistaram? E quem são as mulheres paraibanas que contribuíram para responder tais perguntas? Logo, estas mulheres começam a aparecer na historiografia após o uso da história oral e dos incentivos científicos e feministas, sendo inseridas no mercado de trabalho após as transformações industriais e pela necessidade da mão de obra barata. As vias pelas quais as mulheres entram na política se confundem com as necessidades patriarcais. “Na falta do homem, vai à mulher”. As paraibanas, apesar de muita luta, são firmes e fortes em seus pensamentos e conquistam espaços para além do imaginável.

Este estudo contribuiu, portanto, no entendimento de como a mulher foi inserida nos âmbitos públicos e políticos, quais foram suas lutas para essa chegada e como isto impacta na estrutura social. No futuro próximo poderemos desenvolver estudos mostrando que as leis voltadas a estas mulheres estão sendo cumpridas, abrindo espaço, portanto, para a liberdade efetiva das mulheres brasileiras.

REFERÊNCIAS

BOMFIM, Benedito; BRITO, Ana. **TRAJETÓRIA SOCIAL, POLÍTICA E CULTURAL DA MULHER NO BRASIL**. Revista do Ministério Público. Rio de Janeiro: MPRJ, n. 43, jan./ mar. 2012.

LIMA, Elizabeth. **MULHERES NA DISPUTA E NO PODER POLÍTICO NA PARAÍBA**. EDUEPB. Campina Grande, 2022. p. 33-122.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. "Mulheres recebem 19,4% a menos que os homens, aponta 1º Relatório de Transparência Salarial." Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego> . Acesso em: 27 mai. 2024.

PEDRO, Joana. **TRADUZINDO O DEBATE: O USO DA CATEGORIA GÊNERO NA PESQUISA HISTÓRICA**. História, São Paulo, v.24, N.1, P.77-98, 2005.

PINSKY, Carla; PEDRO, Joana. **NOVA HISTÓRIA DAS MULHERES NO BRASIL**. 1. ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013. p. 9-22.

PINSKY, Carla; PEDRO, Joana. **NOVA HISTÓRIA DAS MULHERES NO BRASIL**. 1. ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013. p. 63-73.

PINSKY, Carla; PEDRO, Joana. **NOVA HISTÓRIA DAS MULHERES NO BRASIL**. 1. ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013. p. 34-42

PINSKY, Carla; PEDRO, Joana. **NOVA HISTÓRIA DAS MULHERES NO BRASIL**. 1. ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013. p. 95-126.

POLITIZE!. "Desigualdade salarial entre homens e mulheres." Disponível em: <https://www.politize.com.br> . Acesso em: 27 mai. 2024.

PRIORE DEL, Mary. **A MULHER NA HISTÓRIA DO BRASIL**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1994.

SILVA. Tânia. **TRAJETÓRIA DA HISTÓRIOGRAFIA DAS MULHERES NO BRASIL**. POLITEIA: Hist. e Soc. Vitória da Conquista, v.8, n1, p. 223-231, 2008.

SILVA, Aurení. **ANAYDE BEIRIZ: MULHER MODERNA NUMA PARAÍBA ANTIGA**. Revista de Ciências Humanas. Viçosa, v. 16, n. 1, p. 117-135, jan./jun, 2016.

SOIHET, Rachel. **A PEDAGOGIA DA CONQUISTA DO ESPAÇO PÚBLICO PELAS MULHERES E A MILITÂNCIA FEMINISTA DE BERTHA LUTZ**. Revista Brasileira de Educação. Ed. Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1998.

AGRADECIMENTOS

É com imensa satisfação que escrevo estes agradecimentos, pois seria ingratidão da minha parte não mencionar quem tanto fez por mim durante estes cinco anos de caminho em direção à concretização desse sonho.

Aqui externo minha gratidão ao meu querido pai celestial, meu senhor Deus, a quem escolhi colocar todas as minhas energias e sintonia na certeza de ter a quem recorrer por meio da oração e súplica quando a mente e o corpo pediam para desistir. A ti, Senhor, rendo toda graça e amor, obrigada por colocar sobre mim os dons do Espírito Santo, sem ti nada seria ou faria. Obrigada, minha querida e amada mãezinha da Luz, sem a Luz da sua intercessão, com certeza, eu não teria conseguido tocar o barco.

Como não agradecer e dedicar todo meu esforço a elas, minhas mães. A minha amada mãe Mônica e a minha querida avó Antônia quero agradecer nessa vida e até na vida eterna por todos os esforços e dedicação para com a minha educação e meu bem-estar. Deus foi muito generoso comigo em ter me dado duas mulheres tão batalhadoras que servem de inspiração para este trabalho e para minha vida. Obrigada por em meio a um país tão desigual e com pessoas que têm o

sonho de estudar e não conseguem, vocês, a pesar das dificuldades, conseguirem proporcionar a concretização desse sonho. Talvez não tenha sido da forma como você queria, Mainha, mas obrigada por respeitar minha escolha e meu amor pela história e por investir nesse sonho com mamãe, sei que a minha realização também é a de vocês. Palavras sempre serão insuficientes para agradecer a vocês, minha eterna gratidão por tudo e, por tanto, prometo honrar ainda mais até o final de meus dias nesta terra, todo o esforço e dedicação que fizeram por mim. As amo com toda minha alma.

Em nome da minha família agradeço todo apoio e incentivo da minha tia Amanda, obrigada por tudo, pelos puxões de orelha e por ser o lado racional do trio de mulheres que cerca a minha vida. Obrigada por ter me dado como primo/afilhado a maior fonte inesgotável de amor e força o meu pequeno Ravy, meu bebezinho a quem tanto amo e que me deu e me dá muitas alegrias em dias escuros com seus abraços e com seu amor no “coração de pirulito” que é do “tamanho do mar”, te amo meu bebe, obrigada por mesmo pequeno se fazer grande dentro de mim. Agradeço também à minha tia, Adriana, pelo orgulho e amor que sente por mim, obrigada pelas oportunidades que me deste. Agradeço também ao meu avô que, embora não demonstre, sei que sente muito orgulho e preocupação por mim, obrigada por me ter como sua filha. E não menos importante quero agradecer e deixar aqui escrito para meu irmão Emanuel que eu tenho muito orgulho do menino que você é e que irá se tornar, saibas que quando olho para você me sinto na obrigação de ser referência no estudo e educação, você me motiva a lutar pelos meus ideais na certeza de que se um dia eu “vencer” na vida a sua trajetória estudantil será um pouco mais fácil que a minha. Espero que um dia você leia esse agradecimento e saiba que a nossa única via para ser “alguém” na vida é através dos estudos, e por mais que existam desafios no final, tudo vale a pena, como está valendo agora, te amo muito “Zé Mané”. Agradeço aos meus familiares em especial aos meus primos Paulinha e Thiago pelo apoio. E por fim, a minha madrinha Rosa muito obrigada pelo incentivo e amor.

Seria ingrato minha não agradecer às pessoas que no início dessa trajetória me ajudaram e foram para mim uma família quando cheguei para morar nas primeiras semanas e meses em Campina Grande. Meu muito obrigada a Izabella, Diego e Fernanda por terem me alegrado quando eu queria voltar para casa. Em especial, eu agradeço à “belinha” por ter sido como uma irmã e ter me ensinado muito a viver fora do meu ninho, minha eterna gratidão por tudo. A minha querida madrinha Suedna por nos primeiros dias, sendo os piores, ter sido casa e afeto, agradeço não apenas pelo início da minha trajetória, mas por ser quem és na minha vida, muito obrigada por todo apoio e amor.

Externo também a minha infinita gratidão ao Padre João Jorge Rietveld que com seu programa de bolsa de incentivo ao estudante foi como um anjo na minha vida. Que o senhor Deus abençoe ainda mais sua vida sacerdotal e que assim como a minha vida acadêmica o senhor continue ajudando a mais jovens. Agradeço também a prefeitura municipal de Pedra Lavrada por todo suporte na locomoção, sem essa prestação de serviço a comunidade estudantil talvez eu não tivesse conseguido chegar até o final desse curso.

Como não agradecer àqueles que escolhi como família? Meus amigos. Agradeço primeiramente à minha querida e eterna melhor amiga Evelyne por estar comigo desde o 7º ano do ensino fundamental e acreditar junto comigo que entraríamos juntas na universidade realizando nosso sonho de criança. Não foi bem como imaginávamos, mas que bom que estamos conseguindo. Muito obrigada pelo

suporte, incentivo, apoio e por sonhar junto comigo. Agradeço também à minha amiga Marinita que com certeza é uma das inspirações da história e da docência, obrigada por todo apoio e ajuda nas atividades acadêmicas, obrigada por tornar essa caminhada menos solitária. A Analice e Aynne meu muito obrigada por vocês duas juntas, a Marinita serem ponto de acolhimento, sem o apoio, carinho e amor de você, a caminhada seria muito mais difícil. A minha amiga Maria da Guia por ter dado-me suporte nas burocracias da universidade, por abrir sua casa e por ter me dado suporte. A Kelynhá agradeço de todo coração por todo suporte e incentivo. Aos meus companheiros do “fundão” do ônibus da cidade maravilhosa Ricardo, Thamara, Danielly e demais obrigada por tornarem essa saga diária menos cansativa, sempre foi ótimas nossas brincadeiras, obrigada por tirarem de mim gargalhadas em dias pesados de aula, obrigada também pelas nossas idas diariamente no RU terem sido sempre de alegria e por vezes de briga. Levarei vocês sempre em meu coração com a parte de respiro da academia.

Quando mudei de turno, minha intuição dizia que encontraria pessoas maravilhosas e que as levaria para o resto da minha vida. Parecia que o destino tinha traçado o nosso encontro. Obrigada Nathan, Gustavo, Thais, Mariana, Barbara, Matheus e Valdeane (in memória) por serem a melhor coisa que me aconteceu nessa instituição. Rimos, brincamos, choramos, demos adeus a quem tanto amávamos e sem dúvidas, dentro das dificuldades dos dias loucos, fomos felizes. Obrigada por tudo, sem vocês eu não sei o que teria sido dessa caminhada, espero que nossa amizade seja eterna. Minha querida Valdeane de onde você estiver, espero que esteja orgulhosa de mim. Sua dupla de estágio conseguiu e conseguiu sendo orientada pela professora da qual você mais admirava e com certeza também seria sua orientadora. Te amarei para sempre e não houve um dia, se quer que não lembrei de você. Obrigada por todo suporte enquanto você esteve nessa terra, espero um dia te encontrar, enquanto não te carregarei comigo para sempre, desculpa por nesses corredores da UEPB ter chorado sentido sua falta. Por fim, meu agradecimento à Madalena por ter sido suporte na pandemia, muito obrigada por sua amizade. E não menos importante, agradeço aos meus colegas de turma por me acolherem e por ser a melhor turma que esse curso já teve, pessoas companheiras, solícitas e empáticas.

Agradeço ainda ao meu colega de profissão Ian Cordeiro que me deu a oportunidade de participar do projeto de extensão sobre o Cumaru, planta que deu origem ao nome do distrito de “Cumaru” em Pedra Lavrada, ao professor Heliomarcos e sua equipe meu muito obrigada.

E não menos importante agradeço a minha professora e orientadora que serve de inspiração para mim, um dia quero ser 1% para meus alunos do que a senhora foi para mim e para meus colegas. Muito obrigada Noemia por ser essa professora e ser humano impar, a senhora me acolheu em dois momentos difíceis da minha caminhada acadêmica e acredito não ter nem noção do quanto impactou na minha vida. Talvez o destino realmente queria que eu finalizasse essa etapa com quem tanto me ajudou, mesmo sem ter noção. Que a senhora continue sendo a maior gênio dessa UEPB e que outros alunos consigam ter acesso a sua inteligência e dedicação. A educação precisa de mais “Noemias”. Muito obrigada!!!

Obrigada à banca examinadora, a Professora Josilene que tive o prazer de ser acompanhada no estágio supervisionado IV. A professora Sabrina, a qual dividi as alegrias do presencial e as amarguras do ensino remoto na pandemia, quando era professora dessa instituição. Obrigada por aceitarem ler meu trabalho e avaliar meu desempenho.

Por fim, e não menos importante, gostaria de agradecer a mim mesma, só eu sei o quanto tudo foi difícil e solitário, só eu sei das vezes que pensei em desistir, mas por um propósito maior, continuei. Eu amo todas as minhas lutas e amo tudo que conquistei, tudo foi fruto do meu esforço e da minha dedicação. Nessa caminhada, eu me perdi, me encontrei, me reinventei, fui resiliente, tive medo, mas sabia que no final valeria a pena por mim e pelos meus. Parabéns, Ester, adolescente, você conseguiu e a Ester, que finaliza essa fase, tem muito orgulho do que construímos.